

O SUJEITO GRAMATICAL NO ENSINO DE SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA ¹

Wesley Cintra LIMA²
Licenciando em Letras
IFSP/Câmpus São Paulo

Cristina Lopomo DEFENDI³
Doutora em Filologia e Língua Portuguesa/USP
Docente de Letras
IFSP/Câmpus São Paulo

RESUMO

Esta pesquisa analisa o ensino do sujeito gramatical e suas subtipologias, tradicionalmente referidas como sujeito oculto (ou desinencial), sujeito indeterminado e sujeito inexistente (ou oração sem sujeito). Em um primeiro momento, fazemos considerações sobre o fenômeno e discutimos algumas de suas abordagens na descrição do português a partir de Carone (1999), Duarte (2007), Perini (1989, 2008, 2016) e Kenedy e Othero (2018). Posteriormente, discutimos como efetivamente se tem trabalhado esse fenômeno em livros didáticos de língua portuguesa. O que se conclui é que, apesar do relativo avanço na sintaxe apresentada pelo livro didático, as subtipologias gramaticais do sujeito sintático ainda são apresentadas de maneira muito acrítica, gerando exercícios controversos ou de base teórica questionável.

Palavras-chave: Sujeito gramatical; Sintaxe; Livro Didático.

Introdução

As dificuldades de delimitação da unidade mínima de descrição linguística são tema de debate desde Saussure e sua conceituação de signo linguístico. Sendo a associação de um significado a um significante, sua descrição pressupõe uma relação biunívoca, de forma que a descrição linguística, mesmo em sua complexidade, parecia teoricamente simples: a cada unidade mínima de análise dotada de significação encontrada nos níveis linguísticos, haveria uma correspondência única e clara de material linguístico, tal como aparece no *Curso* do linguista genebrino: “uma

¹ Trabalho resultante de Iniciação Científica. Orientadora Profa. Dra. Cristina Lopomo Defendi.

² Endereço eletrônico: wesley.cl04@gmail.com

³ Endereço eletrônico: crislopomo@gmail.com

delimitação correta [das unidades da língua] exige que as divisões estabelecidas na cadeia acústica (α , β , γ ...) correspondam à cadeia dos conceitos (α' , β' , γ' ...)” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 149).

Esta relação biunívoca entre som e significado, entretanto, encontrou dificuldades na descrição linguística. Segundo Rosa (2005, p. 70), “o grande problema foi focalizar de modo relativamente simples essa relação, transformando-a numa relação direta entre uma sequência sonora e um significado e vice-versa, ou, como geralmente referida, como uma relação um-para-um”. Em determinados níveis de descrição, principalmente, na morfologia e na sintaxe, percebeu-se que determinados significantes têm por correspondência diversos significados, e que para determinados significados, não há um significante claro. No primeiro caso, por exemplo, há a questão semântica da homonímia e polissemia, bem como, na morfologia, há os morfemas cumulativos, em que um único morfe parece corresponder a mais de um morfema. No segundo caso, na sintaxe, há, por exemplo, o complemento verbal nulo, que é selecionado pela estrutura argumental do verbo, isto é, tem uma existência táctica, mas não possui matriz fonética correspondente. Em busca de melhor adequação descritiva, esses desvios do padrão um-para-um exigiram uma revisão dos métodos de descrição linguística vigentes, que deviam ser mais cautelosos e também mais eficientes. Contudo, fora da descrição linguística especializada, essa necessidade não pareceu percebida – em especial na educação básica, em que a tradição gramatical ainda tem forte presença. Fatos gramaticais que exigiram uma análise mais cuidadosa, como o sujeito indeterminado, sujeito oculato (ou desinencial) e sujeito inexistente (oração sem sujeito), na nomenclatura tradicional, têm se tornado problemáticos e gerado dificuldades de aprendizagem por parte dos discentes. O objetivo desta pesquisa é justamente observar os meios de que se tem lançado mão para o ensino dessas três subtipologias de sujeito sintático em livros didáticos de ensino médio, a fim de observar se sua descrição tem buscado novas abordagens ou se ainda se mantém mais próximos à gramática tradicional. Buscamos também discutir por meio de exercícios destes mesmos livros didáticos como a descrição imprecisa dessas subtipologias podem causar dificuldades de análise ou até mesmo contradições em relação à própria teoria que a obra didática apresenta; ambos, casos evitáveis.

Na primeira parte, discutimos algumas abordagens sobre a descrição do sujeito em português em contraste com a visão da tradição gramatical sobre essa mesma função, apoiando-nos, principalmente, em Carone (1999), Duarte (2007), Perini (1989, 2008, 2016) e Kenedy e Othero (2018). Em seguida, dirigimos um olhar crítico à abordagem conceitual dos livros didáticos, bem como sua coerência com os exercícios propostos e as dificuldades que estes podem suscitar por descrições linguísticas insuficientemente adequadas ou questionáveis. Nesse sentido, o artigo busca não só discutir a teoria linguística acerca das categorias vazias no português, mas também observa sua adequação e aplicação ao ensino.

As diversas concepções de sujeito gramatical

A concepção de sujeito se desenvolve dentro da filosofia clássica. Nas bases gregas da gramática tradicional, o que hoje chamamos de sujeito (em grego *hypokeimenon*) significava substancialmente “algo que está por baixo”, em uma espécie de metáfora que remetia ao que se percebe na “essência” do ser, “uma realidade subjacente, uma subsistência” (COLOMBAT et alli, 2017, p. 93). Os romanos realizaram o decalque do conceito, traduzindo-o para *subjectum*, com o mesmo sentido. Essa noção se desenvolve posteriormente, e “vai desempenhar um papel extremamente importante, se não na gramática antiga, ao menos na lógica” (COLOMBAT et alli, 2017, p. 93), ao lado do conceito *kategorema* (variante *kategoroumenon*), que significa “o que é dito a propósito de”, de maneira muito próxima ou mesmo idêntica à noção Aristotélica de verbo, como aquele que “indica sempre alguma coisa afirmada de qualquer outra coisa” (ARISTÓTELES apud COLOMBAT et alli, 2017, p. 93). Assim, é que surge a noção de “o ser sobre o qual se diz algo”, isto é, aquilo que se diz sobre a essência, sobre a “substância” – de onde, também, o termo *substantivo*; como se concebia toda proposição partindo desse par, concebeu-se que sujeito, por um lado, e predicado, de outro, seriam termos essenciais da oração. Essas influências se encontram nas gramáticas normativas ainda hoje.

Para Cunha & Cintra (1985, p. 119), por exemplo, “o sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração”, não muito diferente de Almeida (2005, p. 410), que considera o sujeito do verbo “a pessoa ou coisa sobre a qual se faz alguma declaração” ou

simplesmente, conforme Rocha Lima (2011, p. 288) “o ser de quem se diz algo”. O que há de semelhante nos três gramáticos é a equiparação da estrutura sujeito-predicado com a estrutura tópico-comentário, com a fragilidade de ambas nem sempre serem equivalentes. Afinal, em uma frase como “Na minha faculdade não tem livros”, em uma análise tradicional, não há sujeito, mas evidentemente há um “ser de quem se diz algo”, isto é, um tópico sobre o qual foi tecido um comentário, bem conforme o pensamento de origem grega.⁴ Também, nas gramáticas normativas, esse mesmo ser, o sujeito, pode não ser conhecido, ou pode não haver interesse em seu conhecimento, (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 142; LIMA, 2011, p. 289-90) ou sua identificação pode ser impossível (ALMEIDA, 2005, p. 414), dando origem aos chamados “sujeitos indeterminados”; ou, em último caso, pode ser que sequer exista. Não se pode deixar passar despercebido certo paradoxo criado nessas duas últimas definições: nas orações cujo sujeito tem referência indeterminada, “algo é dito” sobre um ser que não se conhece ou não há interesse em conhecer; nas orações cujo sujeito é inexistente, “algo é dito” sobre um ser inexistente. A incoerência se mantém com a alegação de que, nessas orações, o que se faz é “referir-se ao processo verbal em si e não atribuí-lo a nenhum ser”, (LIMA, 2011, p. 289-90) uma vez que, sendo o predicado “aquilo que se diz do sujeito” (LIMA, 2011, p. 289-90), se não o atribuímos a algum ser, então não se pode dizer que há um predicado, segundo a definição.

As críticas existentes ao tratamento dado pela tradição gramatical ao sujeito e a essa subclassificação são diversas. Carone (1999, pp. 72-73), revendo o conceito tradicional de sujeito tal como exposto acima, conclui “que ele é mais lógico do que sintático”, comportando “sérias contradições”. A respeito da essencialidade do sujeito enquanto termo da oração, a autora escreve:

Em primeiro lugar, diz-se que são termos essenciais da oração o sujeito e o predicado. (...) Em lógica, o *essencial* opõe-se ao *acidental*, na medida em que aquele é indispensável para que o ser exista, para que o ser *seja*, visto que é a sua própria essência. Se logo em seguida encontramos, na NGB e nas gramáticas que a seguem, a espécie *oração sem sujeito*, só podemos concluir

⁴ Essa análise também não está muito distante da realizada por linguistas famosos. Para Câmara Jr. (1989, p. 176), “o sujeito é o ponto de partida ou referência na formulação da frase. Ou, em outros termos, é o tema do que se vai comunicar: é aquilo sobre que tem de fixar a atenção o ouvinte e é dado na frase em proveito dele (...); por isso falta na exclamação – “Fogo!” diante de um prédio em chamas, porque a situação no-lo fornece extralinguisticamente.”

que se trata de uma “oração não-oração”, pois a construção foi mutilada na sua essência. Então, já não é (Carone (1999, pp. 72-73, *itálicos no original*).

Não obstante, a autora critica a diferença de tratamento dada ao termo quando oracional e quando não-oracional. Se quando não-oracional o termo aparentemente equipara-se ao predicado, “tendo o mesmo status”, quando oracional, “classifica-se como oração subordinada substantiva subjetiva, tão subordinada ao verbo quanto a objetiva direta ou a objetiva indireta”. E prossegue:

Se o sujeito substantivo pode comutar com a oração subordinada substantiva, ele é tão subordinado quanto ela, pois são equipolentes. E é isso que o sujeito realmente é: não um termo essencial, mas um termo integrante da oração, subordinado ao verbo, com o qual se articula em relação de dependência. (CARONE, 1999, p. 73).

Perini (1989, 2006, 2008, 2016) também faz diversas críticas às definições da gramática tradicional, cuja grande falha seria “a ausência de conscientização adequada do importe teórico das afirmações que constituem a gramática” (PERINI, 1989, p. 13). Para o autor, o sujeito, enquanto função sintática, deve ser definido em termos puramente formais. Por isso, afirma que “o sujeito de uma frase não é nem ‘o ser que pratica a ação’, nem ‘o elemento do qual se afirma alguma coisa’” (2006, p. 106-7), mas sim, como define em sua gramática, “um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.” (2016, p. 97). O singular da abordagem do autor está em sustentar que é necessário “partir dos dois níveis diretamente acessíveis aos falantes: a forma e o significado”, ou seja, “apenas informação sensorialmente perceptível” (2008, p. 48). Por essa razão é que, em sua gramática (PERINI, 2016, p. 107), o autor analisa sentenças como “espirrei” como orações sem sujeito, tanto quanto verbos impessoais o são. A mesma análise é feita para orações cuja referência do sujeito é indeterminada. Construções como “quebraram a janela” e “nessa fazenda planta café e milho”, são ambas consideradas sem sujeito (PERINI, 2016, p. 115). Portanto, orações de sujeito indeterminado, oculto e inexistente, na verdade, não possuiriam sujeito, e suas diferentes interpretações semânticas seriam determinadas pelo verbo. Assim, o autor distingue elementos semânticos de elementos formais (no caso, o sujeito), cuja ausência acarretaria necessariamente em sua inexistência. “Falar de ‘sujeito oculto’, ou coisas equivalentes é

confundir forma com significado, um pecado mortal em gramática” (PERINI, 2016, p. 107).

Kenedy e Othero (2018, p. 64) adotam uma abordagem diferente. Para os autores, em português, nesses casos, categorias vazias (elementos nulos, como se referem os autores, ou ainda nódulos vazios, para outros) assumiriam a função de sujeito como um núcleo nulo (\emptyset), mas de diferentes interpretações semântico-pragmáticas. Vejamos um exemplo nas sentenças a seguir, fornecidas pelos autores (KENEDY & OTHERO, 2018, p. 65-66).

(1) [\emptyset] roubaram meu carro

(2) [Os ladrões] simularam um pedido de ajuda e depois [\emptyset] roubaram o meu carro.

Para os autores, não há diferença entre o [\emptyset] em (1), como sujeito indeterminado, e em (2), como sujeito oculto. Há exatamente a mesma sentença ([\emptyset] roubaram meu carro), em que [\emptyset] cumpre função de sujeito, mas realizando uma retomada anafórica em (2) e sendo interpretado como indeterminado em (1). Os autores, além disso, consideram as orações sem sujeito também como casos de categoria vazia, isto é, haveria nelas um expletivo nulo, motivado pela necessidade estritamente sintática de se realizar um sujeito gramatical para toda e qualquer sentença das línguas naturais⁵:

[A] oração sem sujeito ou sujeito inexistente ilustra mais um caso de inadequação descritiva cometida pela NGB. (...) Na verdade, o que ocorre (...) são os sujeitos foneticamente nulos que, diferentemente de sujeitos ocultos e indeterminados, não possuem nenhuma interpretação semântica ou pragmática. Trata-se de orações que possuem sujeitos nulos **expletivos**, isto é, SNs vazios que não adicionam qualquer informação semântica ao SV predicado da sentença. (...) Como vemos, trata-se, mais uma vez, de uma subclassificação motivada por critérios extrassintáticos (KENEDY & OTHERO, 2018, p. 67, grifo no original).

Conclui-se que, para os autores, a subclassificação tipológica do sujeito anteriormente apontada não é sem razão de ser, mas "tal subclassificação não encerra um fenômeno de fato do domínio da sintaxe" (KENEDY & OTHERO, 2018, p. 67).

⁵ “Expletivos nulos são tipicamente selecionados como sujeitos de orações com verbos que exprimem fenômenos naturais (*chover, ventar, nevar, trovejar, etc.*), meteorológicos (*estar tarde, fazer frio, etc.*), relativos a tempo transcurso (*fazer tantos anos, haver tanto tempo etc.*) e verbos impessoais (*haver* com valor existencial). (...) Em português, sujeitos ‘inexistentes’ são sempre realizados por expletivos nulos, mas, noutras línguas, tais expletivos podem ser realizados por um pronome expletivo pronunciado” (KENEDY & OTHERO, 2018, p. 67).

Duarte (2007) adota visão semelhante à dos autores, porém moderada. A autora organiza sua tipologia para o sujeito em expreso/não expreso, para o sujeito oculto/elíptico, e de referência definida/indefinida para o sujeito indeterminado, porém sem lançar mão de categorias vazias. Tal posição é adotada somente para as orações sem sujeito:

Quanto aos sujeitos não argumentais (também chamados sem referência, por não terem conteúdo semântico), característicos das “orações sem sujeito”, o português os representa de forma não expressa, tal como o espanhol e o italiano. O leitor poderia se perguntar: “Mas por que se representaria algo que não tem referência?” Ocorre que outras línguas, como o francês e o inglês, preenchem a posição com um pronome sem conteúdo semântico (sem referência), a que a teoria linguística se refere como sujeito expletivo, o que nos permite levantar a hipótese de que há, à esquerda desses verbos, em português, espanhol e italiano, um expletivo não expreso (DUARTE, 2007, p. 16).

Claramente, postular categorias vazias para a análise acarreta consequências. Entre os vários problemas em sua existência e utilização como aparato metodológico para a descrição linguística, podem-se citar três: i) se o signo linguístico, enquanto realidade psicológica, é composto de um significado e um significante, então deve-se estabelecer em que medida essas unidades que não apresentam matriz fonética são realmente signos linguísticos; ii) se é realmente necessário que se lance mão dessas unidades para a descrição linguística e, uma vez que sim, quais as suas vantagens e desvantagens; iii) uma vez que se lança mão desse aparato, quais as regras que regulamentam a distribuição dessas categorias na língua, dada a diferença de comportamento entre as diversas categorias vazias.⁶

Sumariando, as diferentes posições sobre as categorias vazias assumidas pelos autores revelam “graus” entre o não uso, o uso parcial e o uso pleno desse aparato teórico que podem revelar mais ou menos vantagens descritivas, principalmente no que se refere à intuição do falante acerca da estrutura da frase. Atribuir à sentença “espirrei” uma descrição que não apresenta sujeito revela-se um tanto contra intuitiva, uma vez que o falante tende a reconhecer aí a primeira pessoa do discurso. Seja essa existência semântica ou sintática, a falta de integração entre esses dois níveis parece não se revelar tão interessante. De modo inverso, atribuir a existência de um sujeito expletivo nulo,

⁶ Perini (1989) apresenta uma discussão introdutória sobre o que chama de “elementos abstratos de análise” e as dificuldades e vantagens em adotá-las em uma descrição linguística. Miotto et al. (2016) apresenta uma tipologia para as categorias vazias de acordo com os traços [+ anafórico] e [+pronominal].

sem conteúdo fonético ou semântico, a orações impessoais, é levar ao máximo o “paradoxo do signo linguístico”: se por um lado a não existência pareada entre significado e significante já questionava a definição saussureana, a não existência tanto de um quanto de outro coloca em cheque a própria existência do signo linguístico.⁷

O sujeito gramatical em livros didáticos

Para este trabalho, foram levantados, em três livros didáticos de língua portuguesa para o ensino médio, conceitos sintáticos relativos aos tipos de sujeito gramatical, a fim de verificar sua conceituação e prática em exercícios. O que se tem dito na literatura acerca da gramática em livros didáticos muito geralmente se refere ao apego à tradição gramatical que essas obras têm demonstrado. No levantamento, é considerável a presença majoritária dessa tradição; contudo, esta cada vez mais tem sido acompanhada, ainda que timidamente, de noções da teoria linguística recente, de modo que conceitos costumeiramente questionados aparecem com reformulações e mais cautela em sua definição, às vezes mais rigorosa, às vezes ainda com mais proximidade à tradição gramatical. Por exemplo, em um dos livros, é encontrada a seguinte definição de oração:

Oração é um enunciado que se caracteriza pela presença de um verbo ou de uma locução verbal, **em torno do qual se constitui um sintagma verbal (SV), isto é, uma unidade que pode ser formada apenas pelo verbo ou incluir outros termos.** Essa parte da oração é chamada predicado e tem por função **declarar algo sobre algo ou alguém, que recebe o nome de sujeito** (...) (ORMUNDO & SINISCALCHI, 2016, p. 259, grifos nossos).

Percebe-se que, ao mesmo tempo que a obra lança mão do conceito de sintagma para uma definição mais rígida de predicado, logo em seguida o define de maneira muito semelhante a de Rocha Lima (2011), conforme vimos anteriormente, aliando-se à tradição clássica gramatical. Já a obra de Barreto et al. (2016) busca não só definir a noção de sujeito rigorosamente, com base em conceitos como projeção argumental,

⁷ Consequentemente, não sendo um signo, não faria parte do sistema linguístico. A solução encontrada por alguns pesquisadores da morfologia (cf. VILLALVA, 2008), enfrentando problema semelhante na definição de unidades significativas mínimas (morfemas), foi a de abandonar esta definição, considerando apenas a existência de “constituintes morfológicos”, independentemente da definição de signo linguístico, uma vez que poderiam não apresentar significado ou significante. Na sintaxe, a não existência de ambos se mantém problemática.

como também critica a maneira que se tem definido essa função, alegando a invalidade de critérios de ordem (sujeito como “aquilo que está à esquerda do verbo”), critérios semânticos (sujeito como “agente da ação verbal”) e ainda critérios que relacionam a estrutura sujeito-predicado à estrutura tema-comentário (sujeito como “o sintagma sobre o qual se faz uma declaração”). Ao fim, chegam à definição de sujeito como “o argumento projetado pelo verbo de uma oração com o qual ele concorda em pessoa e número” (BARRETO et al., 2016, p. 173).⁸ Neste sentido, a obra se afasta bastante das definições da gramática tradicional. Outras obras, como a de Abaurre et al. (2016) preferem definições estritamente sintáticas, porém mais simples: “sujeito é o termo com o qual o verbo da oração concorda em número (singular ou plural) e pessoa (1ª, 2ª e 3ª)” (p. 281).

Em outros aspectos mais minuciosos mas não menos importantes, também o livro didático tem se policiado. Assim, a conceituação de Duarte (2007, p. 12.) de que a subclassificação do sujeito seja realizada levando-se em conta oposições tais como oculto/expresso, por exemplo, é presente em todas as três obras aqui analisadas, que consideram, sempre após definir sujeito, a subclassificação “sujeito determinado” (em oposição ao indeterminado), ao qual são associados como critérios a expressão material na oração e a sua identificação pelas desinências verbais, como elaborado por uma das obras (ainda que, novamente, outras tenham preferência por definições mais simples):

São determinados os sujeitos expressos nas orações por um termo independente (sujeito simples ou composto) ou cujo referente pode ser identificado pela desinência do verbo e/ou pelo contexto (sujeito oculto/elíptico) (BARRETO et al., 2016, p. 173).

Quanto aos subtipos de sujeito, as obras tangenciam as definições mais tradicionais. A definição de sujeito oculto, por exemplo, é consensual como aquele “identificado pela desinência de número pessoa do verbo e pelo contexto” (cf. ORMUNDO & SINISCALCHI, 2016, p. 266 et al.). Somente a obra anteriormente citada (BARRETO et al., 2016) faz a notação, em box à parte:

A classificação do sujeito como oculto ou elíptico destaca o fato de ele não estar exposto nas orações. Para alguns estudiosos, essa classificação só faz

⁸ Não obstante, a obra faz uma observação, em box à parte, sobre as variedades possíveis de concordância entre sujeito e verbo existentes em variedades linguísticas estigmatizadas, utilizando como exemplo a oração “Nós vai viajar”.

sentido se contraposta à noção de sujeito expreso, ou seja, a do sujeito que está materialmente presente na oração como termo independente. A NGB, no entanto, não faz essa distinção. (p. 174).

Também o sujeito indeterminado apresenta certa consensualidade de definição como ocorrendo “quando não é possível identificar um referente explícito na oração (ou no contexto, ou no enunciado) para a flexão verbal” (ABAURRE et al., 2016, p. 283); mas, diferindo da gramática tradicional, a noção de referente aparece em duas das três obras, junto ao critério de identificação pela flexão verbal, mencionada pelas três.⁹ A aproximação com a gramática tradicional é ainda maior quando se trata das orações sem sujeito, consensualmente definidas como “aquelas que apresentam verbos impessoais” (cf. ORMUNDO & SINISCALCHI, 2016, p. 273 et al.). Também a variação na concordância em construções que indicam horas com o verbo ser ocorreu em duas das três obras: “mesmo impessoal, ele deve concordar em número com a expressão temporal que o acompanha” (ABAURRE et al., 2016, p. 284).

O que se percebe é que apesar dos notáveis avanços das obras quanto ao uso da teoria linguística (mais presente em umas, menos em outras), há certo comedimento em relação a inovações conceituais nos sujeitos indeterminado, oculto e inexistente. A noção de “referenciação” para o sujeito indeterminado é preferida em duas das obras, de modo que a definição usual da gramática tradicional é afastada; porém a definição de sujeito oculto só é questionada por uma das obras, e a de oração sem sujeito, por nenhuma. Também é interessante observar que as três obras seguem a divisão sintática clássica entre termos essenciais, integrantes e acessórios, mas esses termos não são definidos, de modo que a incoerência entre apresentar o sujeito como um termo essencial e em seguida apresentar a possibilidade de sua inexistência, conforme atestado por Carone (1999) não é discutida. Além disso, outras incoerências da gramática tradicional são muitas vezes reproduzidas com pouco ou nenhum questionamento, como a concordância do verbo ser em indicação de horas exatas (são duas horas), enquanto há reflexões sobre variações de concordância estigmatizadas como o caso de “haverão três

⁹ Entretanto, entre as configurações morfossintáticas atribuíveis à indeterminação figuram ainda somente as duas tradicionais, mesmo que já haja considerável literatura apresentando outras configurações (PERINI, 2016; TEIXEIRA, 2014; BAGNO, 2012; CASTILHO, 2012; PONTE, 2008; NEVES, 2000, entre outros).

modalidades de competição no evento¹⁰”. Em outras palavras, apesar de ambos serem casos de concordâncias irregulares, somente a não abonada pela gramática tradicional é questionada. Casos como esse podem suscitar questionamentos diversos por parte dos discentes, em razão de descrições linguísticas questionáveis. Se há a realização da concordância por parte do verbo, então seria o termo que se segue o sujeito da oração, uma vez que o sujeito é aquele que concorda com o verbo? Ou ainda: segundo Rocha Lima (2011, p. 494), o verbo ser, quando usado impessoalmente, deve concordar com o predicativo. Mas como pode haver “predicativo do sujeito” uma vez que a oração é impessoal, isto é, não há sujeito? As análises dos exercícios propostos a seguir têm por objetivo discutir diferentes possibilidades para essas situações “cautelosas”, bem como discutir a coerência e dificuldade existente nestes exercícios. Ao fim, espera-se contribuir para um melhor ensino dessas tipologias de sujeito no ensino de língua portuguesa.

Analizando o sujeito gramatical em exercícios

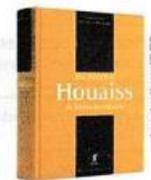
Considerando a discussão anterior, as análises que se seguem têm por objetivo verificar exercícios possivelmente problemáticos em razão de descrições linguísticas inadequadas ou não consensuais, além de discutir possíveis análises alternativas das teorias expostas anteriormente. O primeiro exercício, tratando de sujeito oculto, configura-se como se segue:

3. Antônio Houaiss (1915-1999) é autor de um importante dicionário da língua portuguesa. Leia um miniconto do qual ele é a personagem principal.

O pesadelo de Houaiss

Quando acordou,
o dicionário ainda estava lá.

TEBRON, Joca Reiners. In: FREIRE, Marcelino (Org.). *Os cem menores contos brasileiros do século*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. p. 42.



- A elaboração de um dicionário é um processo trabalhoso, que dura muitos anos. Nesse contexto, *pesadelo* pode ser um sonho desagradável ou uma situação ruim vivida pelo autor, dando margem a duas interpretações distintas para o miniconto. Explique.
- O sujeito da primeira oração do conto é oculto. Reescreva essa oração no caderno, atribuindo-lhe um sujeito simples.
- Suponha que esse miniconto fosse publicado sem o título. Seria possível identificar o sujeito do verbo da primeira oração? Como isso afetaria o sentido do texto?

Fonte: BARRETO et al. (2016, p. 176)

¹⁰ Em Ormundo & Siniscalchi, 2016, p. 278.

O exercício apresenta questionamentos interessantes acerca da referencialidade do sujeito (caso assuma, como faz a obra, que ele exista em orações como “acordou”). Focando-nos apenas nas questões que tratam do sujeito gramatical (3b e 3c), mencionemos primeiro o caso de 3b. O exercício busca mostrar como tanto a ausência quanto a presença do sujeito da oração hipotática, em tese, teriam o mesmo efeito de sentido. De fato, é interessante observar como o sujeito desinencial tanto quanto o simples teriam sentido semelhante, caso se atribua seu referente a “Houaiss”. O exercício somente deixa a desejar ao delimitar que se reescreva a oração que contém esse sujeito, de modo que seu sentido se torna incompleto: “quando (ele/Houaiss) acordou...” Mais interessante seria que o aluno reescrevesse toda a sentença complexa de formas variadas, experimentando diferentes construções não só para o sujeito, mas também para toda a sentença, tentando manter a unidade de sentido do miniconto.

A questão 3c suscita mais questionamentos: caso o miniconto fosse publicado sem o título, o sujeito da primeira oração seria “identificável”? Aqui, é interessante notar o que o exercício entende com esse termo. “Identificar” pode assumir duas interpretações: “localizar formalmente determinado constituinte”, ou “interpretar o referente desse constituinte”. Seguindo este último raciocínio, a resposta para o exercício seria “não, o sujeito não seria identificável”, uma vez que, sem o título, não se poderia saber a quem se refere o verbo “acordou”. Entretanto, o exercício solicita que se “identifique o sujeito do verbo”. Cria-se, deste modo, o problema de confundir as noções de *função sintática* e *referente*, afinal, com ou sem título para o miniconto, o sujeito da oração continuaria o mesmo, mudando apenas sua referência. Caso essa diferença fosse melhor explicitada, a questão seguinte, sobre a diferença de sentido no texto, seria ainda mais produtiva, uma vez que, fora de contexto, o sujeito anteriormente considerado oculto passaria a ter referência arbitrária, marcando apenas a existência de um ser, isto é, um ente discursivo com os traços, [+ humano, +singular], referindo-se a qualquer sujeito potencial. Desta forma, o aluno poderia interpretar como uma forma de indeterminação do sujeito, uma vez que o verbo na terceira pessoa do singular já é utilizado como uma construção de indeterminação no português brasileiro (cf. PERINI, 2016, entre outros). Por outro lado, a indeterminação impossibilitaria a interpretação adequada do texto – o “dicionário ainda estar lá” deixaria de ter sentido. Uma

possibilidade para resolver este problema utilizando constituintes vazios seria explicitar que, com ou sem título, o verbo “acordou” possui invariavelmente [Ø] como sujeito, cuja referência é arbitrária, caso fora de contexto, ou cuja referência é plena, se interpretado dentro do miniconto. Também se confunde função e referência comumente no estudo do sujeito indeterminado, como no exercício que se segue:

» Leia com atenção a tira a seguir para responder às questões 4 e 5.

STRIPTIRAS



LAERTE. Striptiras, N. 4. Porto Alegre: LSPM, 2010, p. 136.

4. Qual é a situação apresentada na tira?

5. A mulher utiliza uma mesma oração para responder às perguntas feitas pelo homem. Qual é a estrutura dessa oração?

a) É possível identificar o agente da ação expressa nessa estrutura?

b) Classifique o sujeito dessa oração. Justifique sua resposta.

Fonte: ABAURRE et al. (2016, p. 288)

Neste exercício, interessam-nos as questões 5a e 5b. Por tratar-se de um exercício sobre sujeito indeterminado, vale relembrar a definição dada pela obra: “Sujeito indeterminado ocorre quando não é possível identificar um referente explícito na oração (ou no contexto, ou no enunciado) para a flexão verbal” (ABAURRE et al., 2016, p. 283). A definição traz em si os mesmos problemas identificáveis na oferecida pela gramática tradicional. Para Perini (2016, p. 112), “o sujeito, sendo uma função sintática, não pode ser ele próprio indeterminado (...) estamos falando da indeterminação (esquematisação) do referente do sujeito”. Teixeira (2014) faz afirmação semelhante, mostrando a necessidade de uma nova nomenclatura para a indeterminação, justificada por “ser a categoria sujeito um constituinte sintático de uma estrutura sentencial que pode ocorrer ou não em uma sentença; tal noção não se coaduna com a noção pragmática (ou pragmático-semântica) de indeterminação” (2014, p. 61). Portanto, a noção de sujeito indeterminado encontra problema em sua própria

formulação. Cabe verificar então, em que medida o exercício busca ser coerente com a própria definição que a obra propõe ao fenômeno.

Na tirinha proposta, a indeterminação do sujeito é específica. Do verbo “cortar”, no sentido atribuído no texto de “cancelamento de serviço”, infere-se o possível agente da ação: sendo um serviço talvez oferecido pelo governo ou por uma empresa, somente ela mesma poderia cancelá-lo. De todo modo, a leitura que se faz é de haver uma entidade com potencial para tal, que é conhecida por ambos os personagens na tirinha e também pelo leitor. Repare-se que, entretanto, esta não é uma informação codificada textualmente, mas mobilizada pelo conhecimento de mundo do leitor. Nestas ocasiões, sendo o referente compartilhado pelos participantes da interação verbal, é comum não codificá-lo, de modo que fique implícito e recuperável contextualmente – é o caso do verbo beber quando seleciona complemento nulo, com o sentido de ingerir bebida alcoólica em enunciados como “eu bebi muito ontem”, entre outros. Deste modo, pesquisadores como Teixeira (2014) referem-se a esses casos como indeterminações parciais do referente. Também Ponte (2008), citando Cunha (1993) diz que o elo de referência destes sujeitos é implícito, ou seja, há um referente não explicitado linguisticamente, mas que é recuperável no contexto pelos sentidos que nele se constroem. O que se faz entender por estes pesquisadores é que, neste caso, não se aplica a definição da gramática tradicional de ocorrer a indeterminação “ou por se desconhecer quem executa ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 142). Na verdade, o referente faz parte do conhecimento de mundo de ambos os falantes nesta situação, e sendo um texto que mobiliza este tipo de conhecimento, não poderia ser de outra forma.

Caso se leve em conta essas considerações, sendo a indeterminação parcial, é necessário que se responda “sim, é possível identificar, ainda que parcialmente, o possível agente da ação expressa pelo verbo” em 5a. Isso traria implicações diretas em 5b, que espera como classificação tipológica do sujeito a resposta “sujeito indeterminado”. Contudo, uma vez que a obra diz que sujeito indeterminado só “(...) ocorre quando não é possível identificar um referente explícito na oração”, como vimos, se este referente foi recuperado, logo, este sujeito não é indeterminado. Aqui, a proposta de se reconhecer uma categoria vazia na posição de sujeito, como fizemos anteriormente, não bastaria, ainda que pudesse discriminar com mais clareza aquilo que

é semântico e aquilo que é formal. É necessário que se reconheça também as nuances de sentido, isto é, os graus de arbitrariedade referencial presentes no sujeito indeterminado, levando em conta o contexto discursivo em que ocorre.

O caso que mais pode apresentar problemas de estudo é aquele que foi identificado anteriormente como mais tangente às definições da gramática tradicional: o caso do sujeito inexistente, ou como referido nos livros, as orações sem sujeito. Sendo o verbo *chover* o que mais ilustra este caso, vejamos o exercício em que é utilizado abaixo:

3 Leia um trecho de uma notícia acerca das chuvas na região de São Paulo.

Em 6 dias, chove um terço do esperado para fevereiro em SP

*Índice ficou em 33,5% da média histórica esperada para o mês.
Valor é considerado "razoável" por meteorologistas do CGE.*

Em seis dias, choveu um terço do esperado para fevereiro em São Paulo, de acordo com dados do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), da Prefeitura. Até agora, choveu 71,7 mm – 33,5% da média histórica esperada para o mês, de 214 mm.
[...]

O sistema Cantareira está tendo um bom começo de fevereiro em termos de precipitação. Até esta sexta, choveram 80,1 milímetros em suas represas, 40,23% do esperado para todo o mês. A título de comparação, nos mesmos seis primeiros dias de janeiro, mês tradicionalmente mais chuvoso, o sistema recebeu apenas 15 milímetros. No mesmo período de fevereiro de 2014, praticamente não choveu.
[...]

Publicada em: 6 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/02/em-6-dias-chove-um-terco-do-esperado-para-fevereiro-em-sp.html>>. Acesso em: 28 jan. 2016. (Fragmento).

a) Como se percebe que a notícia está associada ao contexto de seca em São Paulo?
b) O verbo *chover* foi empregado quatro vezes no texto. Em qual oração foi usado como verbo impessoal? "No mesmo período de fevereiro de 2014, praticamente não choveu."
c) Copie no caderno e classifique o sujeito das demais ocorrências do verbo *chover*.
d) Considerando a relação entre o verbo e o sujeito, explique se houve alguma inadequação na concordância. *Em "choveu 71,7 mm" houve inadequação, pois o sujeito (número acima de 1) exige o verbo no plural.*

Fonte: Ormundo & Siniscalchi (2016, p. 275)

A principal questão que reside no exercício, do ponto de vista sintático, está na relativização da impessoalidade do verbo, ora mencionado como “usado impessoalmente”, ora mencionado como ocorrendo com sujeito – e realizando concordância. Acerca da concordância dos verbos impessoais, o livro acaba por criar uma exceção, uma vez que o único verbo impessoal que apresentaria variação flexional seria o verbo *ser* indicando tempo, segundo a própria obra (ORMUNDO & SINISCALCHI, 2016, p. 273). Acerca da ocorrência com sujeito, somente há menção

nas próprias gramáticas normativas sobre “usos metafóricos de verbos impessoais”, lição também adotada pelos livros didáticos (cf. ABAURRE et al., 2016). Semanticamente, o que se assume na literatura sobre verbos como *chover* é que “os predicadores de processos meteorológicos não se fazem acompanhar de entidades argumentais”, ou seja, não há seleção de participantes nessa estrutura de predicação (MARQUES, 1999, p. 126). Sintaticamente, segundo Castilho (2012, p. 329), verbos como *chover* são não argumentais e “constituem sentenças simples sem quaisquer argumentos”, sendo simultaneamente impessoais e intransitivos. Perini (2016, p. 111) prefere considerar que tais verbos podem ocorrer com complementos como em “choveu pedra de mais de cinco centímetros”, apesar de reconhecer como problemática a função sintática executada por tal constituinte.

Portanto, apesar de o exercício considerar seguramente como sujeito o termo que acompanha o verbo *chover*, essa posição é no mínimo problemática. Argumentaremos a seguir a fim de tornar mais clara a existência desse problema com seis testes: i) papel temático, ii) apagamento, iii) ordenação, iv) redução nominal, v) interrogação, e vi) construções enfáticas. O intuito é que esses testes indiquem se os constituintes, doravante referidos como *termos de medida*, têm mais características de complemento, sujeito ou adjunto verbal.

O primeiro teste, referente ao papel temático, busca relacionar a função semântica do constituinte à sua função sintática. Assim, é mais típico que *agente* e *experenciador* sejam os papéis temáticos dos constituintes que exercem a função de sujeito, enquanto *tema* e *paciente* são mais tipicamente papéis encontrados nos complementos verbais.¹¹ Repetiremos as orações encontradas no exercício abaixo como (3) e (4), não considerando no momento a variação de concordância:

(3) Até agora, choveu 71, 7 mm.

(4) Até esta sexta, choveram 80,1 mm nas represas.

Entre os papéis temáticos possíveis para os termos de medida, o que melhor se adequaria às sentenças é o papel temático **medida**¹², encontrado em Marques (1999) e

¹¹ Repare-se a menção a “tipicamente”, ou seja, tais afirmações não pretendem ser absolutas. Basta lembrar das sentenças passivas e ergativas, por exemplo, cujo sujeito é paciente. Daí a necessidade dos demais testes.

¹² No caso sob exame, um termo mais adequado seria “quantidade”. Não levaremos em conta tal distinção.

em Perini (2016, p. 200), definido, segundo este último, como referente a “uma medida de tempo, tamanho, peso, preço, etc.” O que esse teste nos mostra é que a função semântica de “71, 7 mm” e “80,1 mm” não é a mais típica de um sujeito. Entretanto, também não é a mais típica de um complemento verbal (tema, paciente e benefactivo). Vejamos, portanto, se nessas sentenças os termos de medida se comportam como adjuntos, por meio do teste ii). O segundo teste, apagamento, retira termos da sentença, buscando identificar quais termos são adjuntos e quais são argumentos, isto é, evidenciando quais argumentos foram selecionados pelo predicador (no caso, o verbo) e quais não foram. O apagamento dos termos sob análise resulta nas sentenças a seguir:

(3) Até agora, choveu [71, 7 mm].

(3a) Até agora, choveu.

(4) Até esta sexta, choveram [80,1 mm] nas represas.

(4a) Até esta sexta, choveu nas represas.

Com a retirada dos termos de medida, a única mudança é a necessidade do verbo de ajustar-se à sua forma unipessoal em (4a), mas as sentenças continuam sintaticamente gramaticais. Este resultado corrobora o do teste anterior, de que os termos de medida sob análise não têm comportamento nem de sujeito, nem de complemento verbal. Em seguida, o terceiro teste é a ordenação, que diz respeito à ordem de ocorrência do constituinte em relação ao verbo e sua possibilidade de variação. No texto, todas as ocorrências do constituinte são em posição pós-verbal, tipicamente a posição de complemento verbal, mas também a de intensificadores¹³ como em “andar **muito**”, “nevar **bastante**”, em verbos intransitivos, e “comer **muito** a feijoada”, em verbos transitivos. Consideremos ainda a possibilidade de inversão desta ordem nas sentenças (5) e (6) abaixo:

(5) *Até agora, 71, 7 mm choveu.

(6) *Até esta sexta, 80,1 mm choveram nas represas.

O teste evidencia que quando a posição de sujeito do verbo chover é ocupada, mudando a ordem original das sentenças, suas estruturas se tornam gramaticalmente

¹³ A necessidade de considerar intensificadores se dá por i) ocorrerem em posição idêntica aos termos de medida, ii) ambos ocorrerem com verbos intransitivos, iii) ambos serem retiráveis da sentença sem prejuízo de formação e iv) os termos de medida são semanticamente similares aos intensificadores, assumindo valores circunstanciais, porém ocorrendo em posição pós-verbal.

inaceitáveis, o que é um argumento a favor de que o verbo *chover* não pode selecionar um sujeito. Pode-se concluir, também, que os termos de medida necessariamente precisam ocorrer após o verbo. O teste seguinte, que aqui chamamos de redução nominal, diz respeito à possibilidade de o constituinte ocorrer ou não como complemento em orações nominais reduzidas de particípio ou gerúndio. A partir do contraste entre “João fez isso”, “feito isso” e “*feito João”, percebe-se que orações reduzidas sempre se formam selecionando o argumento interno de orações ativas como complemento, e não o externo. Aplicando o teste às orações acima, poderíamos criar (7) e (8), reduzidas de gerúndio:

(7) Chovendo 71, 7 mm em seis dias, São Paulo atinge um terço do esperado para Fevereiro.

(8) O Sistema Cantareira está tendo um bom começo de Fevereiro, chovendo 80,1 mm em suas represas.

Este teste argumenta a favor da hipótese de que *chover* possa selecionar um complemento, conforme Perini (2016), e que os termos de medida possam realizar essa função. Isso nos leva ao teste v), interrogação, que nos indicam não só quais os constituintes imediatos da sentença, mas também qual sua natureza sintática: *o quê* e *quem* são pronomes associados a perguntas que revelam constituintes como sujeito e complementos, enquanto *quando*, *quanto*, *onde*, *como* e afins são perguntas que revelam adjuntos, por suas características circunstanciais. Aplicando o teste às questões (3) e (4), repetidas aqui como (9) e (10), e associando os pronomes aos termos em questão por colchetes, temos:

(9) Até agora, choveu [71, 7 mm].

(9') [Quanto] choveu até agora?

(10) Até esta sexta, choveram [80,1 mm] nas represas.

(10') [Quanto] choveu nas represas até esta sexta?

Desta vez, o teste indicou que o termo em questão responde a “quanto”, uma pergunta associada a adjuntos circunstanciais, não a sujeitos ou complementos, desvio também encontrado em seu papel temático. Somente complementos de verbos cuja seleção é feita sob restrições semânticas, como *pagar* e *custar* é que são associados ao interrogativo *quanto* (cf. “quanto João pagou na casa?” e “quanto custa a casa?”), entretanto, o verbo *chover* não parece fazer tal restrição.

O teste de número vi), o último, busca colocar a sentença em construções enfáticas com os termos “(é) + que” e “é”. Tome-se por exemplo as sentenças “O Pedro ama a Maria”, das quais se formam “O Pedro **é que** ama a Maria” e “O Pedro ama **é** a Maria”. Mais do que evidenciar “O Pedro” e “a Maria”, respectivamente, a primeira sentença enfatiza a posição do sujeito, enquanto a segunda enfatiza a posição pós-verbal, válida tanto para complementos como para intensificadores. (cf. “Pedro ama é pouco”). Perceba que a posição de ocorrência dos elementos enfáticos não é cambiável, o que geraria “*O Pedro **é** ama a Maria” e “O Pedro ama **é que** a Maria”. Portanto, “(é) + que” e “é”, só ocorrem entre sujeito-verbo e posição pós-verbal, respectivamente. Apliquemos isso como teste, retomando o teste **ordenação**, já aplicado. Atente-se que, nessas construções, o verbo *ser* pode copiar a flexão do verbo da sentença em que se encontra ou manter-se na terceira pessoa do presente do indicativo. (cf. A gente **começou é/foi** a cansar de tanto andar).

(9) Até agora, choveu 71,7 mm.

(9a) Até agora, choveu **é/foi** 71,7 mm.

(9b) ?Até agora, 71,7 mm **é que** choveu.

(10) Até esta sexta, choveram 80,1 mm nas represas.

(10a) ?Até esta sexta, choveram **é/foram** 80,1 mm nas represas.

(10b) *Até esta sexta, 80,1 mm **é que** choveram nas represas.

Os dados mostram, em (9b) e (10b), que as sentenças apresentam-se gramaticalmente inaceitáveis sempre que os termos de medida ocupam a posição de sujeito, conforme já visto no teste de ordenação. Sendo um evento dinâmico, um possível sujeito agente para chover precisaria no mínimo do traço [+ animado], o que os termos de medida não cumprem. Somam-se dois argumentos contra a possibilidade da função sujeito ser assumida por esses constituintes: a não seleção de argumentos pelo verbo *chover* e a ausência de traços semânticos mínimos. Já entre (9a) e (10a), provavelmente o contraste existente está na concordância realizada em (10a), que fica mais evidenciada em “*Até esta sexta, choveram foram 80,1 mm nas represas”. Não pretendemos nos aprofundar em estudos de concordância, o que excederia os limites neste trabalho, mas fica claro que o contraste de (10a) com (9a) e com a oração exemplificada (“A gente **começou é/foi** a cansar de tanto andar”), evidencia que a

concordância do verbo ser enfático só é gramaticalmente inaceitável em (10a).
Organizando os resultados em uma tabela, temos:

	+ sujeito	+ complemento	+ adjunto
Papel temático	-	-	+
Apagamento	-	-	+
Ordenação	-	+	+
Redução Nominal	-	+	-
Interrogação	-	-	+
Construção Enfática	-	+	+

Tabela 1 - Distribuição dos traços sintáticos dos termos de medida
Fonte: Autores

O que se pode concluir com os seis testes é que os termos de medida, do ponto de vista sintático, possuem mais características de adjunto do que de complemento, porém não possuem característica alguma de sujeito. Uma hipótese que se pode levantar é que a concordância exigida no exercício do livro didático anteriormente mostrado é fruto de uma hipercorreção, em uma generalização de concordância por analogia a verbos impessoais que têm aparecido flexionados tanto na escrita quanto na fala, especialmente os existenciais, como *haver* e *fazer*, em sentenças como “houveram dias” e “fazem anos”, além do normatizado “são dez horas”. Reforça a hipótese o fato de que todos os termos que acompanham esses verbos, nessas construções, apresentam o traço [+quantificável], ou seja, as sentenças, grosso modo, são parafraseáveis por “são tantas horas”, “houve tantos dias”, “faz tantos anos” e principalmente, “choveu tantos milímetros”, além de todos apresentarem posição pós-verbal. Sendo a concordância normativa do termo em posição ao verbo muitas vezes arbitrária, exigida em verbos como *existir*, *ser*, mas não em *haver* e *fazer*, mesmo em construções em que todos estes figuram como existenciais, é provável que o falante realize generalizações, unificando a regra a ser utilizada.

Pelo exposto, conclui-se que a falta de uma descrição linguística mais apurada, bem como de uma visão crítica para a maneira da tradição gramatical apresentar os fatos linguísticos, pode levar a exercícios pouco claros (primeiro caso), de coerência questionável (segundo caso) ou cuja fundamentação não se pode sustentar frente a uma

análise mais criteriosa (terceiro caso). O resultado desses três casos juntos é não só uma percepção inadequada da classificação sintática e de seu objetivo, como também a ausência de percepção para os fenômenos linguísticos e suas regularidades e motivações. Um bom exemplo é a falta de questionamento a respeito dos possíveis motivos para a flutuação de concordância no último exercício e suas relações com o gênero utilizado (a importância para a revisão gramatical dada a um texto jornalístico de um portal de internet é a mesma dada a um texto jornalístico impresso?). Apesar do mencionado avanço do livro didático quanto ao uso da teoria linguística, aproximando esta do ensino, a partir do momento em que o livro didático não questiona as classificações tradicionalmente propostas, deixa margens a um ensino acrítico e pouco sistemático, o que um material pedagógico não pode em alguma hipótese permitir.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos um recorte do ensino de sintaxe em livros didáticos de língua portuguesa por meio do estudo do sujeito gramatical e suas subtipologias. Demonstramos de que maneira concepções greco-latinas de sujeito e predicado serviram de base à formulação dessas concepções em gramáticas normativas, que por sua vez têm servido de base aos livros didáticos, ainda que progressivamente estes venham adotando, de maneira tímida, alguma teoria linguística. A partir da abordagem de Carone (1999), Duarte (2007), Perini (1989, 2008, 2016) e Kenedy e Othero (2018), demonstramos que, ainda que com posicionamentos teóricos diferentes, os autores todos apontam para a necessidade de uma abordagem crítica à maneira com que tradicionalmente se tem classificado o sujeito gramatical. Apesar do avanço quanto à presença da teoria linguística nos livros didáticos, as subtipologias do sujeito gramatical, especialmente, as tradicionalmente referidas como sujeito oculto, indeterminado e inexistente, ainda são apresentadas muito conforme se elaboraram nas gramáticas tradicionais, com pouco ou nenhum questionamento da taxonomia proposta. Como consequência, surgem exercícios incoerentes, ou ainda, de fundamentação teórica questionável, o que explicitamos por meio de testes sintáticos. Com isso, estendemos a afirmação de Perini (1989, p. 13) para os livros didáticos: há a necessidade de uma “conscientização adequada do importe teórico das afirmações que constituem a

gramática” também nesses livros, uma vez que são o primeiro contato do discente com uma teoria acerca do funcionamento e organização de sua própria língua. Essa teoria, portanto, deve ser adequada e coerente, uma vez que se reconheça sua responsabilidade como formadora do conhecimento linguístico a se desenvolver no aluno.

Referências

ABAURRE et alli. **Português: Contexto, Interlocução e sentido**. Moderna: São Paulo, 3ª ed., 2016.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 45ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARRETO, Ricardo Gonçalves et ali. **Ser Protagonista: Língua Portuguesa**. Edições SM: São Paulo, 3ª ed., 2016.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

CASTILHO, Ataliba de. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

COLOMBAT, Bernard et al. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução: Jacqueline Léon; Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

CUNHA, C.; CINTRA, F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

DUARTE, M.E.L. **Termos da Oração**. In: VIEIRA S.R.& BRANDÃO, S. F. (Orgs.) Ensino de Gramática. Descrição e uso. São Paulo. Editora Contexto, 2007. pp. 186-204.

KENEDY, E.; OTHERO; G.A. **Para Conhecer Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2018.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à Semântica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua: Literatura, produção de texto, linguagem**. Moderna: São Paulo, 2016.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PERINI, Mário A. **Princípios de linguística descritiva: Introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola, 2006.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.

PONTE, Vanessa. **A indeterminação do sujeito no português popular do interior do estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28ª ed. Organização: Albert Sechehaye e Charles Bally. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

TEIXEIRA, Maria Luiza de Souza. **A indeterminação pragmática e semântica do sujeito**. Tese (Mestrado em Estudos Linguísticos). - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2014.

THE GRAMMATICAL SUBJECT IN SYNTAX EDUCATION OF THE PORTUGUESE LANGUAGE

ABSTRACT

This research analyzes grammatical subject teaching and their subtypes, traditionally referred to as latent subject (or desinencial), indeterminate subject and nonexistent subject. First, we do some considerations about the topic and discuss some approaches in portuguese description from Carone (1999), Duarte (2007), Perini (1989, 2008, 2016) and Kenedy and Othero (2018). After that, we discuss how effectively this syntactic function has been approached in portuguese language textbooks. What we concluded is that, although the relative theoretical advance in the syntax taught by the textbooks, the grammatical subject subtypes are still introduced in a very uncritical way, causing obscure exercises or questionable theoretical basis.
Keywords: Grammatical subject, Syntax, Textbook.

Envio em: dezembro/2018
Aceito para publicação: março/2019